

A mobilização social como um processo de emancipação dos sujeitos¹

Jones Machado²

Kalliandra Quevedo CONRAD³

Maria Ivete Trevisan FOSSÁ⁴

Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS

Resumo

Este ensaio teórico objetiva pensar a mobilização social como um processo de emancipação dos sujeitos. Para isso, são apresentados os conceitos de indivíduo, sujeito e ator social para traçar um percurso inaugural da mobilização social. Em um segundo momento, reflete-se sobre as relações existentes entre mobilização e comunicação, entendendo a comunicação como a matriz desses processos. Por fim, com os aportes teóricos apresentados, sugerem-se etapas e processos que compõe a mobilização social. Com isso, entende-se a mobilização em sua dimensão processual e comunicacional como elemento basilar e condicional para a emancipação dos sujeitos.

Palavras-chave

Mobilização social; emancipação; cidadania.

Considerações preliminares

Entende-se que a comunicação, em suas diferentes perspectivas teóricas, traz consigo as dinâmicas das relações sociais entre os sujeitos acompanhadas ou não da mediação dos meios de comunicação. Com o desenvolvimento das telecomunicações e a evolução dos sistemas de transporte, as relações sociais foram sendo atualizadas pelas técnicas, cada vez mais inseridas no nosso cotidiano. Desde a prensa de Gutenberg, passando pelo telégrafo, rádio, cinema, televisão, e internet, as pessoas passaram a intercambiar suas relações por meio da mídia, tornando-a importante elemento na vida social, política, educativa e cultural na construção histórica das sociedades.

¹ Trabalho apresentado GP Comunicação para a Cidadania, XIV Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Relações Públicas, Mestre em Mídias e Estratégias Comunicacionais, Professor Substituto no Curso de Relações Públicas da UFSM, Doutorando pelo Programa da Pós-Graduação da UFSM, Membro do Grupo de Pesquisa em Comunicação Institucional e Organizacional UFSM/CNPq. E-mail: jonesm2@hotmail.com

³ Doutoranda em Comunicação (UFSM). Mestre em Comunicação Midiática e bacharel em Comunicação Social – Relações Públicas pela mesma instituição. Membro do Grupo de Pesquisa em Comunicação Institucional e Organizacional UFSM/CNPq. E-mail: kalliandraconrad@gmail.com

⁴ Doutora em Administração (UFRGS); Mestre em Comunicação Social (UMESP). Professora Associada do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria. Atua na graduação de Comunicação Social e nos Programas de Pós-Graduação de Comunicação e de Administração da UFSM. É tutora do PET Ciências Sociais Aplicadas da UFSM. Vice-Líder do Grupo de Pesquisa em Comunicação Institucional e Organizacional UFSM/CNPq. E-mail: fossa@terra.com.br

Os meios de comunicação, por sua vez, passaram a adotar os padrões de produção e consumo em larga escala, a reboque da indústria cultural que objetivava produzir bens simbólicos para sustentar a sociedade capitalista industrial. O interesse comercial apresentava-se em uma posição privilegiada, especialmente, com a inserção de capital estrangeiro nas produções brasileiras e potencializado pelas políticas neoliberais adotadas pelo Estado. Entre outros fatores, isso permitiu que políticos se tornassem proprietários de inúmeras emissoras de rádio e televisão no País, representando o acúmulo de poder político, econômico e simbólico dos monopólios de comunicação brasileiros.

Na década de 1970, com a reabertura democrática do país, após a ditadura militar, a sociedade civil fortaleceu-se e a luta pela democracia na comunicação tornou-se pauta de organizações associativas, como o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC). Criado na década de 1980 e atuante até os dias de hoje, o FNDC busca fomentar o debate sobre a democracia na mídia com o intuito de gerar mudanças significativas para as políticas de comunicação brasileiras.

Nesse contexto, encontra-se, na comunicação comunitária, uma das vertentes da comunicação social que vem provocando transformações nos moldes de comunicar da chamada grande mídia. A necessidade da ação coletiva nesse cenário emerge da privação da liberdade de expressão, especialmente no período da ditadura militar, e contra o domínio quase absoluto de grandes empresas e políticos sobre a mídia. Por isso, a comunicação comunitária, inserida no curso da mobilização social no Brasil, vem construindo um quadro dinâmico de possibilidades de comunicação em contextos de cidadania. Abrange uma diversidade de manifestações e apropriações com o objetivo de abrir espaços, onde a população possa representar seus anseios e deliberar sobre as decisões que lhe dizem respeito.

Diante disso, este trabalho objetiva desconstruir o processo de mobilização social a fim de refletir acerca da importância desse processo para a emancipação dos sujeitos. Entende-se que a mobilização social é o ponto inicial em que se desencadeiam os esforços de atuação bem como o elo de continuidade e durabilidade desses movimentos.

Apresentam-se, como um conjunto de etapas e processos complementares, os conceitos de indivíduo, sujeito e ator social (TOURAINÉ, 2009), como condições necessárias à mobilização social. Em um segundo momento, relaciona-se a mobilização social aos processos comunicacionais (TORO, WERNECK, 2004; MAFRA, 2010; HENRIQUES, 2004), a fim de compreender, com base no processo educativo de

participação (SOUZA, 1999), como esse processo pode ser delineado. Espera-se, com isso, abrir possibilidades de compreensão da mobilização social como um processo de emancipação dos sujeitos.

1. Indivíduo, sujeito e ator social: um processo emancipatório

A crise vivida pela sociedade contemporânea demonstra o enfraquecimento das instituições sociais diante dos conflitos e problemas que se apresentam no âmbito da educação, saúde, habitação, consumo, violência, entre outros. Conjuntamente, afloram questões de ordem cultural, motivadas por uma luta pelo reconhecimento. Segundo Touraine (2009, p. 225), busca-se o “direito de ser um ser humano com seus direitos e sua capacidade de dizer ‘eu’: tal é a reivindicação principal de todos os seres humanos hoje”. O desafio está em ter a consciência do reconhecimento de que somos sujeitos e de que dispomos desses mesmos direitos.

A diferenciação e o apontamento de peculiaridades entre os conceitos de indivíduo, sujeito e ator social é realizada por Touraine (2009), sociólogo francês, ao entender que os processos de subjetivação iniciam com a noção de indivíduo. O indivíduo remete ao ser social dentro dos limites do eu, tomado por concepções e padrões culturais recursivos ao próprio indivíduo. As particularidades psicológicas, sociais e culturais fazem de cada um, um ser único que se diferencia dos demais, no qual há “o reconhecimento dos indivíduos como sujeitos iguais entre si, mas diferentes uns dos outros” (TOURAINÉ, 2009, p. 17). O indivíduo é, segundo o autor, dotado de liberdades para constituir-se e configurar-se do modo que lhe interessar. Essa liberdade de escolha para a formação do indivíduo criou uma infinidade imensurável de diferenças que se agrupam em uma ou mais comunidades⁵, o que, para Touraine (2009), leva ao choque de civilizações e/ou guerras étnicas e religiosas.

Por outro lado, o autor ressalta que a formação do indivíduo não pode mais estruturar-se em uma unidade baseada em características de uma única cultura. Deve, de outra forma, partir da constituição de um indivíduo que comporta, ao mesmo tempo, suas particularidades, mas que as reconhece como universais perante a sociedade. O indivíduo, autor de suas condutas, possui, assim, autonomia para conduzir suas subjetividades. Esse ato reflexivo busca o desprendimento das amarras sociais em que o indivíduo não é visto como fonte de dominação, “mas como um ator que pretende acima de tudo criar uma

⁵Na perspectiva deste trabalho, compreende-se o conceito de comunidade de acordo com Paiva (2007) ao propor o conceito de comunidade gerativa. Esse conceito resgata a vinculação social por meio da proximidade territorial dos sujeitos, a preocupação com o patrimônio cultural e a busca pela sociabilidade.

relação livre de si para si, antes de integrar-se a uma coletividade” (TOURAINÉ, 2009, p. 18).

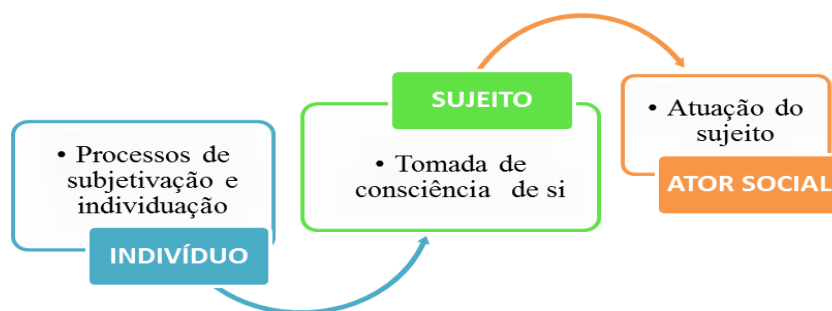
Sujeito e indivíduo são, assim, categorias históricas e sociais que sofreram ressignificações ao longo do tempo. O conceito de sujeito está vinculado, diretamente, à consciência do indivíduo como um ser de direitos. O sujeito é como uma duplicação do ser que, num movimento de afastamento de si, busca reconhecer-se enquanto tal. Neste sentido, a consciência do sujeito surge da ”capacidade dos seres humanos de falar deles mesmos em termos de direitos e, portanto, de não se definir por aquilo que fazem, por suas competências profissionais, pelo lugar que ocupam na sociedade ou pelo nível de educação (TOURAINÉ, 2009, p. 143).

Compreende-se que a noção de consciência do sujeito está dissociada de uma visão determinista em que o sujeito constitui-se por relações de poder, por seus papéis sociais, pelo seu trabalho, posição social, suas intersubjetividades. A corporeidade do ser não é somente social, mas, também, simbólica, carregada de valores e conceitos que participam ativamente na construção de processos de subjetivação.

O deslocamento do ser para um nível de subjetivação superior ao que ele representa na sociedade contribui não somente para a formação de personalidades. Implica um modo de ser e de reconhecer-se na construção de si mesmo para a sociedade, no seu encontro com o Outro. Neste sentido, introduz-se o universalismo, no qual “reconhecer o outro é reconhecer a capacidade universal de todos se fazerem sujeitos” (TOURAINÉ, 2009, p. 196).

Diante disso, busca-se “pensar outramente” (TOURAINÉ, 2009) frente aos “desiguais institucionais, o negro, o nordestino, as mulheres, cujo discurso tolerado, não tem, entretanto, merecido a resposta adequada” (M. SANTOS, 1996, p. 20) e, assim, ir além da tolerância, entendendo e reconhecendo o Outro como um sujeito de direitos. “Somente então será possível viver realmente juntos com nossas diferenças” (TOURAINÉ, 2009, p. 206). A partir daí, passa-se do nível dos processos de subjetivação e individuação (indivíduo) para a tomada de consciência de si (sujeito), chegando-se ao nível da ação (ator social), como ilustrado na figura 1.

Figura 1 - Indivíduo, sujeito e ator social



FONTE: Elaborado pelas autoras, com base em Touraine (2009).

Os processos de subjetivação, individuação e de tornar-se sujeito leva-os a agir como portadores de direitos universais, como atores sociais. Entende-se que o reconhecimento desses direitos faz-se por meio da inclusão das minorias⁶ (SODRÉ, 2005) em processos de participação (DEMO, 2001). A inclusão dessas minorias dá-se através da corresponsabilização dos sujeitos – agora, atores sociais – na busca por iniciativas relacionadas ao exercício da cidadania.

Acredita-se que é na condição de atores sociais que se desenvolve a mobilização social e, a partir disso, nos propomos a pensar na construção da mobilização enquanto condição necessária à emancipação dos sujeitos.

2. Mobilização social e processos comunicacionais

A sociedade civil⁷, conforme Scherer-Warren (2006, p.110-112) vem desenvolvendo formas de associativismo em diferentes níveis: o associativismo local, as articulações interorganizacionais e as mobilizações na esfera pública. No nível do associativismo local, incluem-se as Organizações Não Governamentais (ONGs) e as associações comunitárias; no nível das articulações interorganizacionais, destacam-se as organizações que buscam atuar em rede, aliando-se a outras organizações para o

⁶ As minorias são entendidas, conforme Sodré (2005), como setores sociais comprometidos com a questão social. Esses setores caracterizam-se pela luta por reconhecimento e pela mobiliza o em torno de suas causas. Carregam em si o impulso da transforma o em busca de mudanças nas rela es de poder preestabelecidas. O campo conflituoso em que se situam as minorias define-se como um lugar simbólico onde habitam a igualdade e a diferença. O conceito contemporâneo de minoria diz respeito   oportunidade de dar voz aos grupos sociais minoritários e abertura política nos processos decisórios que as envolvam.

⁷ Conforme Scherer-Warren (2006, p. 110), entende-se a sociedade civil como: “a representa o de vários níveis de como os interesses e os valores da cidadania se organizam em cada sociedade para encaminhamento de suas a es em prol de políticas sociais e públicas, protestos sociais, manifesta es simbólicas e pressões políticas”.

fortalecimento de sua causa e proposição de parcerias que possam resultar em ações concretas. E o nível das mobilizações na esfera pública é a conjunção de atores sociais de ONGs, associações locais, fóruns, entre outros que interceptam interesses a fim de conquistar um espaço amplo de reconhecimento e visibilidade de suas causas, realizando grandes manifestações em espaços públicos. Esse nível é exemplificado nos protestos do *Occupy Wall Street*⁸, nos Estados Unidos, e nas manifestações que iniciaram com o *Movimento Passe Livre*, no Brasil.

Os níveis de associativismo envolvem processos de mobilização social que podem ser distribuídos em etapas, como: conscientização; atores sociais; imaginário coletivo; escopo de atuação; coletivização; participação social; corresponsabilidade; e sustentabilidade do projeto. Segundo Toro e Werneck (2004, p. 67):

Toda mobilização social requer um projeto de comunicação em sua estruturação. [...] O projeto de comunicação de um processo de mobilização tem como meta o compartilhamento, mais abrangente possível, de todas as informações relacionadas com o movimento, o que inclui desde os objetivos, as informações que justificam sua proposição, até as ações que estão sendo desenvolvidas em outros lugares, por outras pessoas, o que pensam os diversos segmentos da sociedade a respeito das idéias propostas, etc.

Para os autores (2004, p. 29 – grifos dos autores), ao considerar a participação como um valor democrático, esta “[...] deixa de ser uma estratégia para converter-se em essência, no *modo de vida da democracia*”. A participação, nesse processo, torna-se elemento essencial, visto que fomenta o desenvolvimento de uma consciência crítica sobre a realidade social, passando de um nível individual para a coletivização das ações a serem realizadas.

O que se depreende, a partir desses conceitos, é que a autonomia, a democracia e a participação, como componentes do processo de mobilização social, demandam uma articulação que tem como base fundamental e intrínseca as relações comunicacionais. A mobilização aproxima-se da comunicação ao compartilhar de um ideal para a realização de objetivos comuns. Pode ser considerada um “ato de comunicação” (TORO; WERNECK, 2004) que envolve os sujeitos e estabelece uma *relação* que se dá através da comunicação.

As motivações que impulsionam os sujeitos a mobilizarem vontades, firmarem um contrato de envolvimento e comprometimento por uma causa em comum são variadas, visto que cada um carrega em si suas subjetividades e formas idiossincráticas de conceber a

⁸ Mais informações em <http://occupywallst.org/> Acesso em 18/10/2013.

mobilização social. Segundo Mafra (2007, p.4), “mobilizar sujeitos se mostra necessário justamente porque existem determinados sentidos coletivos naturalizados que, a partir de uma tematização, podem ser questionados e (re) negociados”.

De acordo com Rennan Mafra (2010, p. 116), “o envolvimento e a vinculação de sujeitos com determinada causa, certamente, não é um processo linear”. Os sujeitos possuem subjetividades e culturas particulares que, como exposto anteriormente, fundamentam seus repertórios pessoais e, por isso, segundo Mafra (2010, p. 116), não há garantia de mobilização social. O que pode assegurar o envolvimento com a causa comum da mobilização social é o compartilhamento de um mesmo imaginário que “enuncia uma forma de futuro a ser construído [...] É um critério para orientar e avaliar os múltiplos esforços e as decisões que se requer para convertê-lo em realidade” (TORO; WERNECK, 2004, p. 40).

Nesse sentido, a mobilização social é a reunião de sujeitos que definem objetivos e compartilham sentimentos, conhecimentos e responsabilidades para a transformação de uma dada realidade, movidos por um acordo em relação a determinada causa de interesse público. Isso não implica a retirada da função do Estado de garantir a integração, a regulação e o bom funcionamento da sociedade. Mas implica que a própria sociedade crie meios de solucionar os problemas com os quais o Estado por si só não seja capaz de lidar (HENRIQUES, 2004, p. 36).

Por isso, reconhece-se, conforme Toro; Werneck (2004), que a mobilização social é um processo intrínseco ao processo comunicacional devido às interpretações e aos sentidos compartilhados, como também informações, visões de mundo e discursos. Logo, “mobilizar é convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum, sob uma interpretação e um sentido também compartilhados” (TORO; WERNECK, 2004, p. 13). Entende-se que

[...] a principal função da comunicação em um projeto de mobilização é *gerar e manter vínculos* entre os movimentos e seus públicos, por meio do reconhecimento da existência e importância de cada um e do compartilhamento de sentidos e de valores (HENRIQUES, 2004, p. 21 - grifos do autor).

Em consonância com essa função comunicacional, Henriques (2004) propõe uma análise dos vínculos entre os públicos e o projeto de mobilização social que compreende os seguintes níveis, conforme a figura 2.

Figura 2 - Escala de níveis de vinculação



FONTE: Henriques (2004, p. 44)

De acordo com Henriques (2004, p. 41-43), a matriz vertical indica a intensidade dos vínculos estabelecidos entre os sujeitos e o projeto de mobilização social. No primeiro nível, a *localização espacial*, tem-se a localização (física ou virtual) dos sujeitos no âmbito de desenvolvimento do projeto. O segundo nível diz respeito à quantidade de *informações* sobre o projeto de mobilização, enquanto o *nível do julgamento* refere-se ao posicionamento tomado pelos sujeitos a partir dessas informações, constituindo uma “produção coletiva de sentidos”. O *nível das ações*, pontuais ou permanentes, relaciona-se com o tornar-se ator social (TOURAINÉ, 2009), revelando-se a condição de transformação social pelos sujeitos ao estabelecerem um *nível de coesão* entre eles e o projeto. Com as ações e a coesão, estabelece-se um processo de *continuidade* no qual os sujeitos, ao compreenderem o valor e a essencialidade de sua participação no projeto, passam ao nível da *corresponsabilidade*. Por fim, o *nível de participação institucional* significa que há um envolvimento contratual dos sujeitos com o projeto de mobilização social. Porém, Henriques (2004, p. 45) destaca que a participação institucional contratual deve ser restrita a alguns participantes do projeto, já que este vínculo quando estabelecido pelo conjunto

total dos membros romperia com os princípios de abertura e flexibilização participativa, característica fundamental dos projetos de mobilização social.

3. Mobilização social: etapas e processos

A mobilização social vem firmando sua trajetória, principalmente, junto aos movimentos sociais, intensificando-se à medida que os atores sociais passam a atuar no nível da corresponsabilidade, ao compartilhar de um mesmo ideal. Forma-se uma relação de reciprocidade entre seus membros, vínculos de cooperação e participação. Pressupõe-se que, a partir desse escopo, a mobilização social se instaura de forma vital nos movimentos sociais de modo a transformá-los em projetos fundamentados em uma cultura política de participação.

Mas como esse processo se desenvolve? De que forma os movimentos sociais podem se fortalecer pela mobilização social? Diante disso, busca-se desconstruir o processo de mobilização social com os aportes do processo educativo de participação (SOUZA, 1999) e da comunicação para a mobilização social (HENRIQUES, 2004).

Em uma fase inaugural, no processo de mobilização social que almejamos delinear, torna-se elementar a ultrapassagem do nível de percepção crítica da realidade em que são diagnosticados os problemas sociais para o nível de definição das políticas de enfrentamento. Nesse nível, se faz necessário problematizar a realidade aparente em busca de realidades manifestas, implícitas. Entende-se que o hiato existente entre ambos os níveis é preenchido pelo processo educativo de participação que, de acordo com Souza (1999), possui três etapas: conscientização, organização e capacitação contínua. Desse modo, o processo educativo da participação define-se como:

O processo que se expressa através da conscientização, organização e capacitação contínua e crescente da população ante a sua realidade social concreta. Como tal é um processo que se desenvolve a partir do confronto de interesses presentes a essa realidade e cujo objetivo é a sua ampliação enquanto processo social (SOUZA, 1999, p. 84 – grifos da autora).

A etapa da conscientização é considerada como o ponto de partida para que se desencadeie a mobilização social. A conscientização ocorre quando os sujeitos ocupam a posição de protagonistas sociais, problematizam e refletem sobre as condições em que vivem. Sobretudo, quando buscam fatores propositores para compreender os processos de desigualdade para o enfrentamento social. Subtraída essa tomada de consciência, o

indivíduo permanece como reprodutor da ordem social dominante e esta o coloca como subjugado diante de suas condições historicamente determinadas. A ruptura dessas relações de dominação aproxima-nos de um horizonte de emancipação em que o sujeito possui autonomia sobre suas decisões para transformar, de maneira crítica, a sociedade. Ocorre, assim, “um processo de ultrapassagem da consciência individual para a consciência social dos problemas coletivos” (SOUZA, 1999, p. 89).

A conscientização (SOUZA, 1999) envolve a produção de um imaginário que, ao ser compartilhado entre os sujeitos, propicia uma forma de orientação em relação aos objetivos pretendidos pelo projeto de mobilização social. O imaginário possui, então, “um compromisso com o real; e a mobilização social, com a realidade. A realidade consiste nas coisas, na natureza, e em si mesmo; o real é a interpretação e a representação que os homens atribuem as coisas e a natureza” (MONTORO, 1997, p. 26).

Dotados de um imaginário compartilhado, o processo de mobilização necessita de intervenções comunicacionais que sustentem as propostas de enfrentamento social pretendidas. Acrescenta-se, dessa forma, o conceito de coletivização, compreendido como “o sentimento e a certeza de que aquilo que eu faço, no meu campo de atuação, está sendo feito por outros, da minha mesma categoria, com os mesmos propósitos e sentidos” (TORO; WERNECK, 2004, p. 57).

Para que esse processo seja materializado, a comunicação é fundamental para a mobilização social. Participação, conscientização, imaginário e coletivização engendram mais que conceitos, como também práticas que adquirem sentido quando articuladas e realizadas pela instância comunicacional. Henriques (2004, p. 21) atribui a função de corresponsabilidade à comunicação como meio de “reconhecimento da existência e importância de cada um e do compartilhamento de sentidos e de valores”.

Retomando o processo educativo de participação, a segunda etapa proposta por Souza (1999) é a de organização social. Essa etapa pressupõe a conscientização, visto que se aprimora para uma tomada de atitude frente ao descortinamento da realidade social apresentada. São apresentados por Souza (1999) indicadores de diferenciação entre grupalização, mobilização e organização que permitem expandir o conceito de mobilização social em direção a uma desconstrução/articulação teórica.

Segundo a autora, a grupalização refere-se a um conjunto de indivíduos que, sem a consciência crítica da realidade, atua sem um propósito reflexivo que conteste as formas de dominação existentes. A mobilização pressupõe a grupalização, mas com uma capacidade

momentânea de convocar os indivíduos em torno de objetivos comuns. Diferentemente, a organização é uma ampliação do processo de conscientização que leva a formas concretas de enfrentamento da realidade. Seria uma análise das condições contextuais para a posterior tomada de atitude frente a uma determinada realidade.

Por outro lado, Mafra entende que a mobilização social de forma divergente ao que é apresentado por Souza (1999). Pela concepção de Mafra a mobilização social pode arregimentar tanto formas de grupalização quanto de organização como um processo histórico e social que se estabelece na relação comunicacional entre os sujeitos que participam dela (MAFRA, 2007). Pode ser concebida, à vista disso, como um processo mais amplo que dá condições para a ressignificação dos repertórios e dos discursos compartilhados, podendo dar novos contornos ao imaginário social, visto que o “imaginário é um processo cognitivo no qual a afetividade está contida, traduzindo uma maneira específica de perceber o mundo e de alterar a ordem da realidade” (MONTORO, 1997, p. 26).

Por fim, a terceira etapa desenvolvida por Souza (1999) é a capacitação técnica. Esta atua para a manutenção e o fortalecimento da organização social que, por vezes, pode desarticular-se. A capacitação funciona, assim, como uma estratégia de sustentabilidade na qual os sujeitos ampliam sua articulação coletiva para outros âmbitos, buscando novas formas de intervenção social. Logo, “a capacitação é um processo em que as experiências realizadas servem de base para a implementação das novas” (SOUZA, 1999, p.95), em um movimento recursivo de gerenciamento e avaliação de suas práticas sociais.

Mobilizar envolve, portanto, multidimensionalidades como o desafio democrático da participação e o processo educativo da participação (SOUZA, 1999). A democracia é entendida como a “forma de organização sócio-econômica e política mais capaz de garantir a participação como processo de conquista” (DEMO, 2001, p. 52 – grifo do autor).

Neste sentido, o processo de mobilização também contempla, no nosso entendimento, o reconhecimento dos atores sociais como portadores do *clinamen* (B. SANTOS, 2009), ou seja, de uma capacidade de sair do estado de inércia para ter o poder da ação, na perspectiva de uma comunicação mobilizadora. A mobilização social é então vista como um processo que “está diretamente ligado com a possibilidade de incluir os sujeitos em suas principais questões, e de criar mecanismos que propiciem a participação dos mesmos” (MAFRA, 2007, p. 4) e pode ser considerada como componente que abarca o processo educativo da participação.

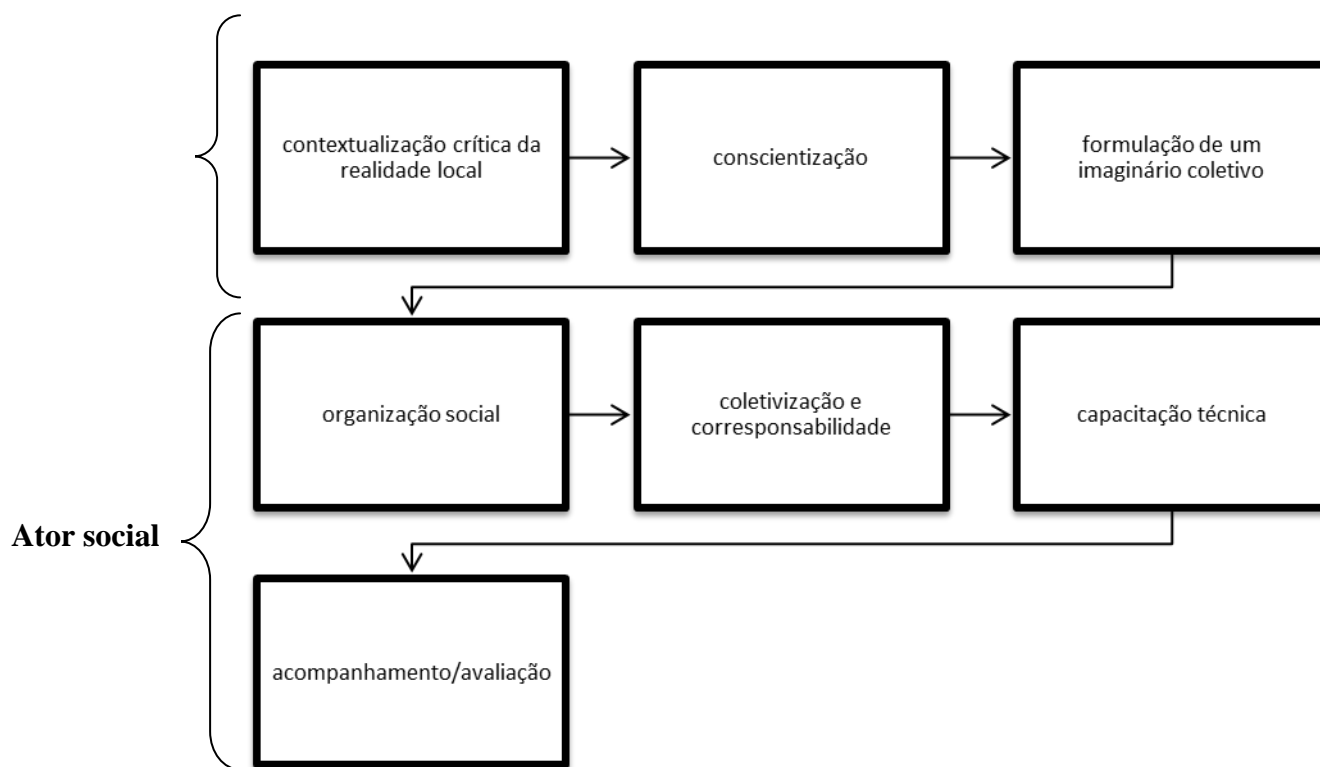
Dessa forma, observa-se que, para que se instaure a participação dos sujeitos em processos de mobilização social, esta ocorre por vias comunicacionais, ao passo que participar implica o estabelecimento de uma relação. Essa relação, comunicativa e emancipatória, leva ao recorte conceitual que se desprende do conceito de mobilização social: trata-se de “um processo político, essencial numa sociedade democrática” (MAFRA, 2010, p. 107).

A comunicação mobilizadora pode ser compreendida como uma experiência e uma convivência entre sujeitos que visa, prioritariamente, a alocar esforços, atitudes, comportamentos em busca de uma produtividade (TORO; WERNECK, 2004) do ponto de vista social, cultural e político. Isso abre possibilidades para se pensar em uma produtividade capaz de considerar o desenvolvimento local como um processo sincrônico à mobilização social como bases para o exercício da cidadania⁹. Na esfera dos movimentos sociais, pode-se pensar em diferentes formas de produzir o próprio entorno social a fim de propiciar novas relações que sejam capazes de construir alternativas coletivas para o debate e a ação em prol de seus interesses.

Diante disso, propõem-se como etapas do processo de mobilização social (Figura 3), com base em Toro e Werneck (2004) e Souza (1999): a contextualização crítica da realidade local, a conscientização; a formulação de um imaginário coletivo; a organização social; a coletivização e a corresponsabilidade; a capacitação técnica; e a acompanhamento/avaliação.

⁹Embora não seja o foco deste trabalho aprofundar os conceitos de cidadania e desenvolvimento local, entende-se que a cidadania “refere-se ao indivíduo autônomo, crítico e reflexivo, longe, portanto, do indivíduo-massa [...]”. Na esteira do conceito de cidadania, o de desenvolvimento local é uma questão de luta política, que diz respeito à capacidade de participação dos atores sociais no exercício da cidadania e na ocupação de espaços representativos de suas demandas locais (Oliveira, 2001, p. 12-13).

Figura 3 - Processo de mobilização social



Fonte: Elaborado pelas autoras, com base em Toro e Werneck (2004); Souza (1999) e Touraine (2009).

Para a realização dessas etapas, como demonstrado na Figura 3, associam-se os conceitos de sujeito e ator social (TOURAINÉ, 2009) que, ancorados ao indivíduo, são condicionantes para suscitar o processo de mobilização social. Pode-se pensar, a partir disso, em estratégias de mobilização social que, segundo Henriques (2004, p. 22), dependem das funções desempenhadas pela comunicação, uma vez que, sem comunicação, não há mobilização. Assim, as funções da comunicação para a mobilização social são: difundir informações; promover a coletivização; registrar a memória do projeto de mobilização; fornecer elementos de identificação com a causa e com o projeto; e gerar reconhecimento (HENRIQUES, 2004).

Apontamentos finais

O processo de mobilização social vai se delineando, neste sentido, na transposição da condição de indivíduo, passando pela constituição do sujeito e chegando ao ator social. É por meio desse processo que os sujeitos, ao tomarem conhecimento de seus direitos e do outro como ser de direitos, alavancam processos de mobilização social.

A elaboração de estratégias comunicacionais configura-se como uma etapa fundamental para o desenvolvimento de projetos de mobilização social, no qual o papel dos profissionais da comunicação social se faz pertinente para fomentar o debate crítico e construir, conjuntamente, ações comunicacionais que propiciem o desenvolvimento de uma cultura política de participação.

Assim, a mobilização social apresenta-se diante dos sujeitos como um recurso para a construção e a transformação de seus entornos cujo propósito é a emancipação social. Possui, portanto, uma dimensão processual que, vinculada aos contextos sócio-históricos que as circunscrevem, se realizam em um nível coletivo, de ação e inter-ação entre os sujeitos; afinal, para haver mobilização, é preciso entrar em relação, é preciso comunicar-se.

Referências bibliográficas

- DEMO, Pedro. **Participação é conquista**: noções de política social participativa. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- HENRIQUES, Márcio Simeone (org.) **Comunicação e estratégias de mobilização social**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- MAFRA, Rennan Lanna Martins. **Relações Públicas e Mobilização Social**: a construção estratégica de dimensões comunicativas. In: I Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas, São Paulo, 2007.
- MONTORO, Tânia. Da comunicação mobilizadora. In: MONTORO, Tânia (org.) **Comunicação, cultura, cidadania e mobilização social**. Série Mobilização social, vol. 2. Brasília/Salvador: UnB, 1997.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Aproximações ao enigma**: o que quer dizer desenvolvimento local? São Paulo, Pólis; Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001.
- PAIVA, Raquel. Para reinterpretar a comunicação comunitária. In: PAIVA, Raquel (org.) **O retorno da comunidade**: os novos caminhos do social. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. pp. 133-148.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009.
- SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 3ª ed. São Paulo: Nobel, 1996.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, jan./abr. 2006.
- SODRÉ, Muniz. Por um conceito de minoria. In: BARBALHO, Alexandre; PAIVA, Raquel (org.). **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005. p. 11-14.

SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 1999. p. 59-117.

TORO, José Bernardo; WERNECK, Nisia Maria Duarte. **Mobilização social** – um modo de construir a democracia e a participação. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

TOURAINÉ, Alain. **Pensar outramente**: o discurso interpretativo dominante. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.